

A INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

RAMOS, Leni Rodrigues
leny.rodrigues@live.com

RESUMO

Existem diversas formas de opressões como “o sexismo, o classismo, capitalismo, xenofobia, bifobia, homofobia, a transfobia e as intolerâncias baseadas em crenças”, porém nesse artigo aprofundarei principalmente os estudos das desigualdades de gênero e raça que compõem um campo fértil para pensar a promoção de uma cultura de direitos humanos no interior da escola básica, através do reconhecimento da alteridade e da diversidade. Nesse sentido, a perspectiva da *interseccionalidade* contribui para esse reconhecimento na medida em que entende as categorias mulher/homem, feminino/masculino de forma plural e não fixa. Atualmente, muito se fala sobre as relações de gênero e raça em vários meios e principalmente nos espaços educacionais, porém o assunto ainda é abordado de forma evasiva, onde perguntas e respostas geralmente não são esclarecidas. A finalidade deste artigo é levantar algumas reflexões sobre a temática gênero e raça envolvidas na comunidade educacional; de que forma essa comunidade vem lidando com tais questões. No ambiente educacional é corriqueiro depararmos com grupos de alunos praticando a violência que pode ser entendida como ações de agressão física, psicológica e social que são justificadas por relações desiguais de poder evidenciando-se o machismo, homofobia, bullying e racismo. Os problemas que ocorrem e que são vivenciados nos espaços educacionais envolvendo as questões de gênero, raça e as desigualdades, é um indicativo que nos leva a refletir do quanto é necessário investir na construção de parâmetros éticos. Uma ética pautada pela noção de justiça social e que norteie tanto as relações sociais quanto a prática pedagógica.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Interseccionalidade, Espaços Educacionais¹.

¹Artigo Científico apresentado ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Diversidade e Gênero na Educação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, como requisito parcial a obtenção do título de especialista. Prof.^a Orientadora: Prof.^a Dr.^a Élen Cristiane Schneider. Foz do Iguaçu, abril de 2021.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz os conceitos interseccionalidade, direitos humanos, preconceito e racismo educacional, como pano de fundo para compreender como o viés discriminatório implícito incide nas possíveis práticas de violência principalmente contra os grupos raciais, e de gênero nas escolas brasileiras.

O procedimento metodológico utilizado no presente artigo constituiu em um estudo aprofundado de revisão bibliográfica exploratória. Diante disso, recorreu-se a livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, bem como documentos normativos disponibilizados em sites oficiais que, por sua vez, especificavam o uso do estudo qualitativo. Também se utilizou da metodologia de pesquisa narrativa, incluindo histórias de vida, trajetórias e experiências profissionais vivenciadas no contexto educacional e no cotidiano das relações sociais.

A escola, como instituição social responsável pela formação ética e instrução das novas gerações, precisa assumir seu papel na construção de uma sociedade mais justa, equânime e solidária. A luta pela garantia de igualdade de condições e de oportunidades para todas as pessoas passa, necessariamente, por uma educação em que o respeito mútuo, o respeito aos outros (as), o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de trabalhá-las sejam objeto de ações cotidianas em todos os espaços e tempos educativos.

Educar sob uma perspectiva de igualdade envolvendo os assuntos gênero, a raça negra e as outras formas de opressões, nunca foi uma tarefa fácil; se pensarmos que no Brasil a promoção da igualdade de gênero só figura dentre os objetivos educacionais a partir da década de 1990 e, desde então, vêm enfrentando inúmeros obstáculos e oposições (DESLANDES, 2005) – que vão desde a formação de professoras e professores, às disputas de sentido da educação básica. A partir daí percebe-se o quanto ainda temos que avançar nesse campo. De forma semelhante, a educação em direitos humanos, não se situa em uma posição privilegiada, o tema ainda encontra inúmeras resistências em nosso país².

Diante desta temática, vale ressaltar o importante papel dos pais, uma vez que o espaço educacional é extensão da casa, onde os alunos (as) muitas vezes espelham seus responsáveis; professores (as) também não estão isentos, relato professores (as), porque

² A exemplo da ideologia de gênero evidencia-se a proibição de casamentos homoafetivos.

A chamada "ideologia de gênero" representaria o conceito que sustenta a identidade de gênero. Consiste na ideia de que os seres humanos nascem iguais, sendo a definição do masculino e do feminino um produto histórico-cultural desenvolvido tacitamente pela sociedade; isso significa que a percepção de uma pessoa sobre seu gênero não é uma escolha, é um entendimento sobre sua identidade e sobre a forma como ela se reconhece como indivíduo, independentemente de seu sexo biológico.

infelizmente a questão também os envolve. Durante a minha trajetória profissional docente, no período em que estive em sala de aula, tanto com crianças de ensino fundamental, quanto com alunos do ensino médio/técnico, presenciei, inúmeros fatos circundando racismo, homofobia, *bullying*, sexismo e o preconceito, em muitas das vezes praticado por professores. Quando os fatos ocorriam por parte dos (as) alunos (as), era nítido perceber que existia uma opinião formada, eles agiam de tal forma porque aprenderam com seus familiares, “nesse caso, os pais”. Diante de tantos fatos os quais presenciei, relato um episódio que ocorreu, na turma do 8º ano de um colégio estadual onde eu lecionava, tínhamos uma aluna portadora de deficiência visual, desde o nascimento, certa vez ouvi um relato, onde ela afirmava “odiar” um homem, porque ele era *negro*, fiquei pasma e sinceramente não tive reação nenhuma, a menina não tinha visão, não tinha conhecimento nenhum da “*cor negra*” e mesmo assim conseguira pensar de tal maneira, estava evidente a influência dos pais, a forma negativa de como lidavam com as questões relacionadas a cor negra.

Gênero e raça são os maiores motivos de discriminação no ambiente educacional, não fossem as interferências governamentais e muitas vezes religiosas partindo até mesmo do colegiado, o espaço educacional seria o local ideal para se discutir as questões de gênero, raça e de interseccionalidades das desigualdades e diferenças, as outras formas de opressão que agem ao mesmo tempo na sociedade e nas pessoas, um exemplo, são as várias intersecções de marcadores sociais como: deficiência/ gênero, sexo/gênero/, idade/geração, ”como as gerações se diferenciam” raça/etnia, sexualidade/orientação sexual e classe, através das quais são atualizados conjuntos de relações sociais, de diferenciação e articulação na nossa sociedade.

As diferentes opressões não se somam apenas, elas “*se multiplicam*” e geram situações novas, únicas, reforçando as já existentes. Uma vez que a educação se identifica como um espaço privilegiado na formação e socialização humana, podendo ser determinante para construção de uma consciência crítica, ou um suporte para alienação da consciência humana e reprodução da ideologia dominante.

Debater sobre a importância da discussão que envolve principalmente as questões de gênero na educação não é fácil, os educadores e profissionais das escolas procuram se distanciar do assunto, e em muitos espaços de educadores inexistem toda e qualquer atividade que diz respeito a temática. Para a professora Ângela Soligo (2015), da Faculdade de Educação da Unicamp de SP, “[...] a resistência de tratar o tema em sala de aula, se atribui a muitos preconceitos e a ideia enraizada na cultura e na sociedade de que existe uma divisão “natural” entre homens e mulheres.” Em matéria sobre gênero nas escolas a revista (Carta

Capital 2015) relata que³:

Protestos de diferentes denominações vêm condenando aquilo que mal parecem entender. Parlamentares e ativistas religiosos, estão conseguindo derrubar quaisquer referências a gênero de Planos Municipais de Educação (PMEs) e Planos Estaduais de Educação (PEEs), sob o argumento de que esses estariam destruindo o papel da família em educar seus filhos. Também foram eliminadas: “propostas pedagógicas que incorporem conteúdos sobre sexualidade, diversidade quanto à orientação sexual, relações de gênero e identidade de gênero”, assim como ampliar a formação de profissionais, a fim de superar “preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente educacional”.

É inadmissível a posição de nossos legisladores. O papel da escola é trabalhar para que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades. É fato que as várias formas do preconceito estão relacionadas a esses discursos sociais que naturalizam lugares sociais para homens e mulheres, bem como patologizam aqueles com comportamentos diferentes dos esperados socialmente: A mestre em Educação sobre a Violência Moral Dentro da Escola Kátia Regina Pupu (2015) afirma que:

É importante discutir gênero na escola não para negar ou mostrar outras possibilidades, mas para promover o respeito à diversidade, o que vem juntamente com questões como a étnica-racial. Não se trata de ensinar a criança a ser assim ou assado, mas fazer com que ela respeite quem é diferente e possa entender que as pessoas têm outras escolhas.

O processo de inclusão nas escolas precisa ser contínuo e dinâmico, implicando a participação de todos (as) os envolvidos, para que a educação deixe de ser, apenas, uma formação profissional passando a ser consolidadora do ser humano, em sociedade. A escola, por ser uma instituição social com propósito explicitamente educativo, tem o compromisso de intervir, efetivamente em todas as propostas de ensino, sem distinção de qualquer espécie, contribuindo para o desenvolvimento e a socialização de seus alunos de maneira igual.

EDUCAÇÃO SEXISTA: UMA INFLUÊNCIA DA IDEOLOGIA PATRIARCAL NA REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES.

A sociedade ainda estruturada em moldes patriarcais reforça um preocupante reflexo a respeito da desigualdade de gênero, dentro desse sistema de divisão sexual de papéis, homens e mulheres são educados desde a infância para assumirem posições que correspondam o que é

³ <https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-que-e-tao-dificil-falar-de-genero-nas-escolas/>.

socialmente definido como “coisas” de homens e “coisas” de mulheres. A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.08).

Nesse contexto as representações do “feminino e do masculino” ganham uma carga de significações simbólicas e culturais carregadas de uma forte representação sustentada e difundida ideologicamente pelas instituições sociais, como a igreja, a família, e os espaços educadores.

A desigualdade entre homens e mulheres historicamente naturalizada nas relações sociais, encontra-se na educação sexista um suporte ideológico para sua reprodução cotidiana. Um fio condutor que possibilita a construção desse arranjo assimétrico entre os sexos binarizados reside nas explicações presumidas nos supostos determinantes biológicos, ou melhor, na essência do que é considerado “feminino” e “masculino” que justifica e determina, à luz dos pensamentos sexistas, as “habilidades, qualidades, profissões, brinquedos ou espaços ditos de homem ou de mulher” (CISNE e BRETTAS, 2009, p. 61).

Vivemos contornados de informações padronizando o comportamento masculino em sendo “o preferível” na maioria das competições, em relação ao feminino, sempre em desvantagem. Segundo o site Pais&Filhos, em uma enquête realizada em 2013 com 200 pais, “mais da metade das crianças começam a andar entre 1 ano e 1 ano e 3 meses (53,5%), 27,5% são meninos e 26% são meninas”.⁴ É implausível a forma cultural de como surgem às desigualdades, muitas vezes ainda no ventre e em pequenos detalhes entre os gêneros.

Dessa forma, podemos perceber que desde cedo vai sendo construída a ideologia de gênero, definindo assim, os brinquedos, as cores, as roupas, dentre outros aspectos:

A família é o primeiro contato que a criança tem com as relações sociais, haja vista que é nesse meio social, que a priori são “internalizados valores, princípios e preconceitos da cultura patriarcal-capitalista, na qual são construídas as desigualdades entre homens e mulheres” (NASCIMENTO, 2014, p. 261).

A educação sexista molda o corpo, a mente e as escolhas de meninas e meninos para seguir as representações hegemônicas de cada gênero, e tudo aquilo que não condiz com as normas heteropatriarcais é tratado como problema e desvio de moral, como afirmam Cisne e Brettas: A construção do que devemos ser como homens ou mulheres inicia-se anteriormente

⁴ <https://paisefilhos.uol.com.br/crianca/quem-comeca-a-andar-antes-meninos-ou-meninas/>

ao nosso nascimento. Isso se processa desde as mais simples definições do que é masculino ou feminino:

A cor do enxoval e os brinquedos do quarto do bebê, escolhidos segundo o sexo, vêm acompanhados da definição das qualidades sociais e posturas que cada um (a) deve corresponder para ser bem aceito(a) socialmente e caracterizado (a) como “normal” (CISNE E BRETTAS, 2009, p. 65).

Uma proposta de concepção inclusiva é o rompimento das padronizações e a valorização das igualdades como constituidoras do tecido social. Por isto, a construção de novos caminhos e sujeitos exigem questionamentos principalmente no interior dos espaços educacionais, onde meninos e meninas iniciam seus primeiros passos para o entendimento de uma realidade plural. Esse novo olhar torna-se evidente a partir do momento em que a diversidade passa ser prevista nas estruturas educacionais. A compreensão de que a igualdade é algo importante, para a construção de uma educação solidária e afetiva, faz com que as diferenças, distinções e desigualdades, historicamente alicerçadas nas estruturas educacionais sejam abaladas, requerendo novas formas de tratamento e novos posicionamentos no cotidiano dos espaços educadores.

O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

“Todas as pessoas sabem que tem tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que tem experiências de interseccionalidade” CRENSHAW, Kimberle W. (2004).

A vasta literatura existente em língua inglesa e mais recentemente também em francês, aponta o uso do termo “interseccionalidade”, pela primeira vez, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe, no texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989). Embora o uso do termo a ponto de se tornar hit concept, como denomina Elsa Dorlin (2012), e o franco sucesso alcançado por ele datem da segunda metade dos anos 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Black Feminism (cf. Combahee River Collective, 2008; Davis, 1981; Collins, 1990; Dorlin, 2007), cuja crítica coletiva se voltou de maneira radical contra o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. A problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza, sobretudo, as intersecções da raça e do gênero, abordando parcial ou periféricamente classe ou sexualidade, que “podem contribuir para estruturar suas

experiências (as das mulheres de cor)” (Idem, p. 54). A interseccionalidade diz respeito à necessidade de estudar as sobreposições entre raça e gênero para compreender adequadamente certas formas de discriminação e opressão que as teorias, até então não tratavam bem. As ideias feministas e antirracistas anteriores às suas reflexões tomavam, respectivamente, o machismo e o racismo como fenômenos que atingiam de forma homogênea os indivíduos a eles sujeitos, de maneira que, se alguém fosse alvo de ambos simultaneamente, como uma mulher negra, as opressões simplesmente se somariam. Nas palavras da própria pensadora:

[...] as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. (CRENSHAW, 2012, p. 20).

A ênfase da autora recai justamente sobre a mulher negra, a qual, diz, é oprimida não simplesmente como, de um lado, mulher, e de outro, negra, mas enquanto mulher negra. Existe uma especificidade da opressão a que esta é submetida que as teorias até então não compreendiam, e a teoria interseccional é proposta para preencher a lacuna e dar conta de seu objeto, sobre a qual afirma: “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2012, p. 20).

A interseccionalidade é uma proposta para “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade” (Id, *ibid* p. 54). Crenshaw propõe a subdivisão em duas categorias: a “interseccionalidade estrutural”, a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências; e a “interseccionalidade política” as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor (cf. Idem, *ibidem*). Nesse contexto, Crenshaw elabora uma definição que resume bem sua proposta:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002: 177).

Essa formulação do início dos anos de 1990, desenvolvida posteriormente pela própria

Crenshaw e outras pesquisadoras, tem hoje, na definição de Sirma Bilge, uma boa síntese: A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual:

“O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Bilge, 2009, p. 70).

Visto que o referido conceito de interseccionalidade, não ficou restrito a tal autora, e foi, após seus escritos, amplamente difundido. Uma das estudiosas que dele se valeu foi a brasileira Carla Akotirene, que dele trata em seu livro “O que é interseccionalidade?” (2018). Seu estudo, contudo, inova em relação às reflexões de Crenshaw. Akotirene apresenta a interseccionalidade também como metodologia, o que, em sua obra, é indissociável de seu caráter combativo diante de métodos que, a seu ver, seriam guiados por uma perspectiva ocidental que apaga formas alternativas de conhecimento. A interseccionalidade descrita por Akotirene faz brandir as armas que desequilibram o poder colonial e põe em tela a realidade da opressão vivida pelas mulheres negras, aponta para caminhos que nos permitem criar novas alternativas de ser e estar no mundo⁵:

[...] É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras. (AKOTIRENE, C. 2018)

A teoria interseccional, enquanto ferramenta teórica e metodológica permite-nos enxergar na colisão das estruturas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, a interação simultânea das avenidas identitárias e das opressões vividas. Além do fato de feminismos brancos fracassarem na tentativa de socorrer as vítimas negras, tendo em vista a forma como empregam o racismo nas suas análises e propostas. Igualmente, o movimento negro falhar pelo seu caráter machista, quando apresenta ferramentas metodológicas pensadas para socorrer exclusivamente o homem negro:

⁵ <https://www.hypeness.com.br/2020/08/interseccionalidade-lgbt-intelectualidade-negra-luta-contr-opressao-em-movimentos-por-diversidade/>

[...] A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isso é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora. (AKOTIRENE, C. 2019, pág. 114).

Contudo, interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Patricia Hill Collins (2014) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um "projeto de conhecimento" e uma arma política. Ela diz respeito às "condições sociais de produção de conhecimentos" e à questão da justiça social (*Id, ibid*). Essa ideia é mencionada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução.

INTERSECCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS QUESTÕES DE GÊNERO.

As questões de gênero, sem dúvida, representam uma importante categoria social de importância para a análise da sociedade em todas as suas esferas. Antes de tudo, gênero, segundo Scott (1995), configura-se como um elemento constitutivo de relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos que são tidas como naturais. Gênero é “um arranjo socialmente construído que aguilhoa historicamente a humanidade numa organização social, que coloca pessoas como corpos” (RUBIN, 1993).

No âmbito nacional, apesar de muita recusa voltada a temática na educação, uma leitura mais interseccional de gênero hoje, sem excluir as opressões de classe e raça, se faz possível para a melhoria de uma educação inclusiva graças ao movimento de debates e resistência das ciências humanas, com isso grande número de produções sobre a questão, as relações sociais e as nuances que as envolve, mesmo sob-restrições, pode ser realizadas.

As discussões acerca do tema gênero proporcionam diversas reflexões acerca do posicionamento dos indivíduos na sociedade. Considerando o espaço educacional, um ambiente privilegiado para a sistematização do conhecimento científico e de formação cidadã, entendemos que ela deve viabilizar projetos que privilegiem a igualdade de direitos, oportunidades e condições entre homens, mulheres e outras identidades de gênero na sociedade (BRASIL, 2009; BRITO, 2017).

O problema do preconceito de gênero, nos espaços educacionais, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de distinção de um sexo sobre o outro em nossa sociedade e aparecem até mesmo nos livros, nas artes didáticas e nas relações escolares.

“O ambiente educacional pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao esforço e ao bom comportamento, ou quando as tratam apenas como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e liderança. O mesmo pode ocorrer com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino predeterminado”. (VIANNA; RIDENTI, 1998, p. 20).

A *teoria interseccional* nos leva a refletir muito mais além dos espaços educadores, pois na maioria das vezes a violência de gênero processada no interior da escola faz com que o(a) aluno(a) vitimizado(a) seja sobretudo, suscetível a evasão escolar, comprovando o que diz as inúmeras estatísticas, poucos conseguem retornar a rotina estudantil. Em decorrência disso o indivíduo acarreta sobre si, uma série de fatos negativos, levando-o muitas vezes a um fracasso permanente. No relato a seguir, a história de Maria Inês é um exemplo claro das palavras mencionadas. No encontro de mães que acontece na comunidade do Jardim Bela Vista, em uma conversa sobre a possibilidade de dar continuidade nos estudos através do programa educacional “EJA, Educação de Jovens e Adultos” Maria Inês⁶ nos contou que nos anos de 1990, ingressou na escola primária, logo no princípio notou a dificuldade de aprendizagem na disciplina de matemática, porém nos primeiros 5 anos, tudo ocorreu bem no cotidiano escolar, foi partir do 6º ano que os problemas com os números ficaram cada vez mais aparentes, as notas sempre baixas a fizeram repetir por 3 vezes no 6º ano, conta ela, que não foram as notas baixas e nem as repetições que a fizeram sair da escola, o que a motivou a não frequentar mais a sala de aula e desistir de vez, foram as sequências de *bullyings*, (piadinhas, risos, zombarias...) vindos dos colegas e se não bastasse, o professor da disciplina sempre a comparava, dizia que “a matemática era coisa de meninos, e que eles sim tinham a capacidade de resolver os números”. Desde essa época Maria Inês nunca mais voltou à escola, também não conseguiu evoluir em tempo algum, hoje, dona de cada quatro filhos, vive com

⁶ Todos os sujeitos citados nesse artigo foram escutados durante minhas experiências de trabalho na educação e minha vivência junto a mulheres negras. Trata-se, portanto, de um material registrado durante a minha trajetória de vida.

uma pensão deixada pelo esposo falecido. Seria como se a “matemática” lhe roubara os sonhos, conclui ela.

Ainda no contexto das questões de gênero pensadas a partir da interseccionalidade, é oportuno abordar a temática da diversidade sexual e de gênero no âmbito educacional. A inclusão do debate sobre a diversidade sexual e de gênero no espaço acadêmico ocorre desde meados dos anos de 1970: “Não é da atualidade que os temas da sexualidade e do gênero são invisibilizados pelos campos políticos, sociais e também acadêmicos (BENTO, 2006)” tendo alcançado centralidade em diferentes áreas do saber com o surgimento do movimento feminista e LGBTQ+, no Brasil, mais profundamente na década de 1980 (GREEN, 2000; LOURO, 1997). Contraditoriamente, diferentes instituições ideológicas, tais como a família, a religião, a medicina, o sistema escolar, de justiça, de segurança, entre outras, constroem significados sobre a sexualidade e o gênero (FOUCAULT, 1988) ditando modelos de normalidade e de comportamento, produzindo saberes de controle sobre corpos.

Atualmente é possível conviver com grupos minoritários pertencentes a uma diversidade sexual e de gênero nos espaços educadores, muitos se descobrem ainda no ensino fundamental e procuram “ser quem são” em todos ambientes. A escola tem sido um desafio para esses grupos de gênero, tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar de jovens e adultos LGBTQ+. Essas pessoas veem-se desde cedo às voltas com uma “pedagogia do insulto”, constituída de piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes: poderosos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica. Por meio dessa pedagogia, estudantes aprendem a “[...] mover as alavancas sociais da hostilidade contra [a homossexualidade] antes mesmo de terem a mais vaga noção quanto ao que elas se referem” (SULLIVAN, 1996: 15).

Guacira Lopes Louro observa que: embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “[...] suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais” (LOURO, 1999: 21). Sobre a homofobia, acrescenta: “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (ibid.: 29).

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas *masculinidades* e *feminilidades*. E no que diz respeito a inclusão de gênero não se pode esquecer que os espaços educacionais devem ser também espaços de cidadania e de respeito aos direitos humanos, “até quando jovens e adultos,

homens/mulheres, “seres-humanos” vão ser obrigados a trilhar caminhos impostos por uma sociedade crítica, julgadora e não cumpridora dos seus deveres em defesa dos direitos?”

Discriminação rouba de transexuais o direito ao estudo: Em 1999, a goiana Rafaela Damasceno foi uma das primeiras transexuais a entrar em uma universidade pública no Brasil. A estudante, que tinha na época 23 anos, ingressou no curso de geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG) cheia de esperanças e com o objetivo de seguir na carreira acadêmica. O preconceito e a intolerância de colegas e até de professores (as), porém, a obrigaram a abandonar o sonho e a sair da faculdade sem diploma. Em entrevista ao jornal (Correio Braziliense, 2017) Rafaela Damasceno relata:

[...] A gota d’água, que me fez desistir do sonho de ser uma educadora, foi motivada pela atitude de uma professora. “Durante uma aula, ela falou que tinha gente na sala que deveria estar em um salão de beleza ou em uma cozinha, não em uma universidade”, conta a hoje ativista dos direitos humanos. O trauma foi tão grande que Rafaela nunca se sentiu capaz de retomar os estudos. “Lembro de tudo e sinto medo. Não sei se consigo voltar a uma sala de aula.”

A inclusão é um paradigma que se aplica principalmente aos mais variados espaços descritos para educar. Os contextos educacionais devem necessariamente oportunizar a contestação das velhas estruturas hegemônicas que são responsáveis pela manutenção/reprodução/criação de desigualdades e violências contra indivíduos que não atendem aos modelos impostos e que, por essa razão, são lançados às margens da sociedade.

Contudo, a análise elucidada o fato de que os espaços educadores também podem reproduzir novos valores e atitudes, além de estereótipos, discriminação e preconceitos. Além de todas as interseccionalidades envoltas da diversidade sexual e de gênero, deve-se descobrir maneiras de resistir sem desviar da trilha determinada, isto é um fato, muitos indivíduos pertencentes a grupos minoritários de gênero, “não foi fácil,” mas “estão onde desejaram estar”. Com isso, os espaços educadores não só recriam em seu interior preconceitos de gênero como também prepara homens/mulheres, LGBT+, “seres, humanos para posições mais competitivas, bem como para assumir funções de provedores de cuidado.” Pois, como coloca (AQUINO,1998, p. 138):

“A escola é o lugar não só de acolhimento das diferenças humanas e sociais encarnadas na diversidade de sua clientela, mas fundamentalmente o lugar a partir

do qual se engendram novas diferenças, se instauram novas demandas, se criam novas apreensões acerca do mundo já conhecido.”

INTERSECCIONALIDADE E A RAÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Brasil, por ser um país sobremodo racista, optou-se por manter o mito já instalado, silenciando ou ao menos tentando silenciar os corpos negros, designando para esses sujeitos locais específicos na sociedade. Destaque-se, ainda que a outra face do mito racial aduz que inexistem privilégios na sociedade brasileira havendo, tão somente, o reconhecimento pelo esforço e mérito, razão pela qual, se o negro não ocupa certos espaços e postos, não o faz por ser irresponsável e cognitivamente limitado, reforçando, mais uma vez a construção intencional do paraíso racial, marcada por interesses, como menciona a pesquisadora Lélia Gonzalez (1984, p. 225-226):

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, ciancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (...) Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados.

Até porque, repise-se, a subalternidade e marginalização dos corpos negros, têm como um dos principais fatores determinantes o racismo. Nesse sentido, a antropóloga e feminista negra Lélia Gonzalez (2018, p. 97) relata que: “O racismo, enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas, passou por um processo de perpetuação e reforço após abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia a determinados interesses”.

A ausência de questionamentos sobre o preconceito de raça por parte dos(as) profissionais da educação, envolvendo o cotidiano escolar, muitas vezes, implica em práticas prejudiciais ao grupo negro. É comum a comunidade escolar envolver-se com práticas discriminatórias, segregando os diferentes da sociedade, com ofensas verbais e físicas. O etnocentrismo suscitou a partir de estereótipos denominados ao outro como: “preto, selvagem, fascistas, bagunceiros, olha a cor, tinha que ser preto, isso é coisa de preto”, sem mencionar os inúmeros outros apelidos pejorativos; denominações perigosas que dentro da educação

inclusiva necessita ser exterminado com a máxima urgência. Certa vez em um “bate-papo” sobre racismo na escola, a professora do Ensino Médio, conta que obrigou-se a chamar a atenção de um aluno que perturbava a classe, impedindo a explicação da matéria e obteve como resposta do aluno: “maldita Princesa Isabel” o aluno se referiu ao ato da libertação dos escravos, “praticado” pela Princesa Imperial, para denominar e injuriar a cor negra dela, e segundo a professora as “brincadeiras de mal gosto” eram permanentes na sala de aula. A prática do racismo dentro das escolas é constantemente notória, na maioria das vezes, os educadores tentam camuflar até quando ocorre consigo mesmo, pois demandar as ações racistas, muitas vezes pode “prejudicar a imagem da escola ou até mesmo o aluno”:

“Silenciar-se diante do preconceito que permeia nossas rotinas dentro e fora das escolas não apaga magicamente as diferenças e, muito menos, o processo histórico que o construiu. Ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento tendencioso, muitas vezes estereotipado do outro, que é negro. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização racial” (Soares, 2015, p. 9).

As definições de raça e racismo na educação inclusiva são temas que precisam obter visibilidade nos espaços educadores, em especial em espaços de realidade periférica, onde a maioria dos/as estudantes são negros/as. Faro e Pereira (2011) definem raça como “[...] um conjunto de características biológicas, tais como traços e cor de pele, herdadas, que fazem a diferenciação entre grupos humanos.” No entanto, para nós, interessa refletir sobre a construção social das concepções sobre as raças, uma vez que, ao longo da história, pessoas da raça negra têm sido posicionadas de maneira inferior a outras, incluindo o ambiente escolar.

Quando estudada, a prática pedagógica nos espaços educadores, visa desenvolver e estimular a autoestima, identidade, cidadania e combate à discriminação racial. No entanto a perspectiva das opressões interseccionadas com as raciais raramente estão presentes no cotidiano escolar, salvo “O dia da Consciência Negra”, criado no ano de 2003 como data importante, incluída no calendário, para concretização de ações de enfrentamento ao racismo nas salas de aula, não fosse a data “agendada por força de lei federal” provavelmente a questão interseccional racial no âmbito educador não teria perceptibilidade alguma. A conscientização de todo ambiente educador para inclusão, deve ser diário dentro da escola e contínuo fora dela, através do trabalho sobre o preconceito racial nas escolas, pode-se ampliar os conhecimentos e dar uma nova visão sobre a discriminação circundante da pele negra.

Para Raquel Nascimento Dias, coordenadora geral de educação para as relações étnico-raciais, (2016 a 2018) precisa-se construir um novo projeto de sociedade com o objetivo de reconhecer a multiculturalidade nas escolas:

“Nós não temos como medir por números o impacto dessa política pública na sociedade. Porque nós estamos falando de uma mudança de comportamento social. Isso é o enfrentamento do racismo, é acabar com as evasões, que são enormes”. Portal do MEC (2017).

Expor os fatos de racismo e discriminação nas escolas infelizmente não é tarefa difícil, os estudos de caso são recorrentes, não existe essa, ou aquela criança de cor que nunca sofreu violência racial, e também não existe esse ou aquele fato de menor gravidade, geralmente os episódios ocorrem de forma ofensiva, com xingamentos hostis e desumanos, absurdamente até com violência física e em certos casos, ameaça de morte; e o que mais chama atenção, é a falta de ação das direções escolares, sempre omissa, fingindo “demência” nunca a favor do aluno vitimizado. Eu passaria um bom tempo relatando as inúmeras experiências que tive o desprazer de presenciar nas escolas involucrando o racismo, vezes até vivenciei, também faço parte do grupo negro. A escola onde estudei o ensino fundamental, era uma das mais nobres, os alunos eram de várias etnias e classes, os mais carentes ingressavam por meio de bolsas de estudos, oferecidas pela instituição, e os muitos fatos negativos em torno das interseccionalidades eram costumeiros, principalmente o *bullying* envolvendo o racismo muito mais praticados entre os alunos “negros e pobres” – me lembro da Aparecida, ela estudava no 7º ano, mas as vezes ficávamos juntas no intervalo, ela foi importunada por um grupo de alunos, “brancos” da classe e que moravam num condomínio ao lado da escola, simplesmente declararam “guerra” a cor da pele negra, vez ou outra, ela ia chorando pra casa, até que um dia resolveu ir a direção para reclamar dos ataques. O resultado? Teve que pedir desculpas para os meninos, grande parte deles, filhos de gente “poderosa”, a diretora disse “*já estar cansada dessas histórias*” e a orientou a trocar de turma ou de escola, porque “*os colegas não se adaptaram a ela*”. É impossível estudar e aprender, num ambiente educador corrompido, que não oferece ao menos um acolhimento humanitário ao aluno vítima de violências principalmente de origem racial. *Por ser negra, no âmbito escolar a criança paga um alto preço, a cor da pele é um peso nos ombros.*

Eu não entendia muito bem essas situações de racismo, até sofrera também, mas nada era muito claro, levava na normalidade até porque no seio familiar já nos ensinam a olhar tais

situações como algo que “existe é assim e sempre vai ser assim” então não aprendemos a revidar, tão pouco questionar nada, mais aquele incidente havia me afetado bastante. Eu não queria estar mais ali. Nessa época em que a colega mudou de escola, eu também me ausentei, e a sensação era de alívio, de liberdade... voltei a estudar tempos depois, “quase adulta” com a minha opinião já formada, de não “desistir nunca mais”.

O ambiente escolar é ainda agente opressor para muitas identidades é algo que tanto o Estado quanto as comunidades escolares ainda não conseguem reconhecer: Segundo o *Jornal Global Voices* (2015):

“A escola, sem dúvidas, é um espaço sociocultural que deve aceitar e, sobretudo, discutir amplamente a pluralidade cultural, até mesmo como uma maneira de desconstruir preconceitos. O que muitas vezes se presencia nas escolas são atitudes de descaso e silenciamento por parte da gestão escolar. Observa-se que os gestores de instituições públicas e privadas não se posicionam: é mais fácil esconder, do que problematizar.”

A projeção das desigualdades entre negros e não negros na educação inclusiva está a exigir uma formação dos profissionais da educação que de conta da eliminação deste problema, que atinge a toda a humanidade. (OLIVEIRA, 2006, p. 128). Em notícia para o *Jornal Folha de São Paulo* (2019) os dados do IBGE afirmam que:

“Um terço dos brasileiros entre 19 e 24 anos não havia concluído o ensino médio em 2018. [...] o panorama entre os negros é ainda pior: quase metade (44,2%) dos negros homens dessa faixa etária não concluiu a etapa. Os recortes por cor de pele e gênero revelam outros abismos: 33% das meninas negras não tem ensino médio, enquanto o índice é de 18,8% entre as brancas. Ser negro no Brasil aumenta a chance de exclusão escolar ao longo da educação básica, tornando um dos maiores entraves educacionais do país. Desigualdades raciais são identificadas também entre aqueles que estão na escola na idade indicada para o ensino médio, de 15 a 17 anos, entre pretos e pardos 25,5% não tinham passado do 9º ano. Entre os que, atrasados, ingressam em escolas para Jovens e Adultos (EJA) mais de seis em cada dez são negros”.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim das desigualdades, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. A forma de discriminação de qualquer natureza não tem o seu nascedouro na escola, mas, o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. O racismo e a discriminação, a qualquer título, são abomináveis aos olhos daqueles que vivem a verdadeira humanidade e que tratam aos outros com igualdade, respeito e amor independentemente da cor, da raça, do sexo, da idade, da profissão, etc. No mesmo sentido pontua a filósofa Hannah Arendt:

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para

assumirmos a responsabilidade por ele. É, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não as expulsar de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.” (ARENDETT, H. 1972, p 247)

As interseccionalidades das desigualdades e opressões presentes na educação inclusiva não devem ser um favor aos grupos historicamente excluídos, mas uma luta pela humanização de todos. Quando não se consegue lidar com as diferenças que nos rodeiam perde-se a oportunidade de caminhar na nossa própria evolução. Assim, quando os alunos não são orientados e ensinados a respeitar as diferenças marcantes interseccionais, falha-se na sua formação, porque, quando adultos, talvez terão menor facilidade de lidar com essas mesmas adversidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS E DE JUSTIÇA NA EDUCAÇÃO.

As desigualdades interseccionais são reconhecidas como uma das maiores ameaças dos nossos tempos, trata de um dos problemas mais graves da contemporaneidade atinge o país por inteiro, bem como repercute em diferentes âmbitos da vida das pessoas, como a saúde, a educação, a violência e a mortalidade. A desigualdade refere-se ao acesso não equitativo a recursos, que provoca diferenças injustas entre indivíduos e grupos de pessoas.

Proferindo os direitos humanos, como movimento contramajoritário da busca de proteção e emancipação de todos os seres humanos, os grilhões da opressão e de toda ideologia desumanizante, nos leva a perguntar: O que há de errado com a prática tradicional dos direitos humanos? O que há de errado com a visão tradicional das discriminações raciais? Por que existe um retrocesso no avanço a favor do combate ao racismo em todas as esferas, abrangendo inclusive os espaços educacionais? Para Almir Aguiar, secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT, (2018):

“O desafio é reorganizar e fortalecer a resistência ao aprofundamento da opressão e da espoliação no Brasil. Enfrentar o ranço de uma elite mesquinha, egoísta, ranzinza e racista. Não basta derrotar o retrocesso vigente. É preciso retomar o sonho de uma nação justa, com oportunidades para todos, sem qualquer forma de preconceito e discriminação”.

Tornar-se humano exige um processo de inserção na sociedade, caracterizado nas Ciências Humanas como socialização. O aprendizado cultural das normas, valores e padrões de comportamento, é requisito fundamental para a integração dos seres humanos à sociedade e para a sua realização enquanto humano. “A educação formal também está compreendida nesse processo de socialização e, por isso, se apresenta como um direito humano básico, pois pressupõe o direito à humanização” (ANDRADE, 2008).

A perspectiva de uma educação em Direitos Humanos tem como objetivo rever o papel da escola nas relações de poder, incidindo sobre as mesmas através de uma educação empenhada no reconhecimento da alteridade e que busque subverter dinâmicas sociais excludentes.

O fardo da raiz escravocrata e patriarcal na formação da sociedade brasileira ainda pesa e retarda a realização de uma cidadania plena pautada na universalidade dos direitos. A violência continua sendo uma realidade na vida dos grupos oprimidos, sendo as populações negra e indígena os principais alvos. Combater as desigualdades interseccionais é estruturante e fundamental para a criação de uma sociedade mais justa.

A Organização Civil “Ação Educativa” atuante na defesa dos direitos humanos, educativos, culturais e da juventude “considera que as políticas de Estado são essenciais para promover equidade e garantir direitos num país tão marcado por desigualdades.”

Em entrevista a Socióloga Ednéia Gonsalves, assessora de projetos na área de educação da Ação Educativa, comenta que⁷:

“A abordagem mais conservadora da temática da discriminação focada em grupos [...] não considera a sobreposição de discriminações como um campo determinante para a defesa de direitos humanos e civis. Se abordarmos os enfrentamentos e discriminações sofridas pelas mulheres negras de forma independente e não como sobreposições, não entenderemos a exata dimensão dos enfrentamentos vivenciados ao longo da trajetória de vida dessas mulheres.”

Perguntado: Qual é o papel do acolhimento da diversidade e da discussão de gênero e raça na educação para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a socióloga responde que:

“O acolhimento da diversidade na educação não é suficiente para a garantia de cidadania de todos e todas. Em muitos sentidos a diversidade teve seu imperativo

⁷ <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/>

político esvaziado. Acredito que além de retomar o viés político do acolhimento à diversidade nosso grande desafio da educação é a promoção da valorização das diferentes identidades e presenças no ambiente escolar. A exclusão escolar atinge direta e violentamente a população pobre, negra e LGBT. A educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual está prevista em lei e mesmo assim as manifestações de ódio, preconceito e intolerância religiosa continuam crescendo no ambiente escolar. Além das demandas por formação no campo dos direitos humanos envolvendo toda a comunidade escolar é também necessário denunciar abusos e investir em redes de proteção em casos de assédio e ameaça.”

Para tanto, a escola não pode ser o espaço por excelência da produção de lugares minoritários, mas tornar-se um agente promotor da ruptura com qualquer compromisso com a manutenção de um pacto com o princípio da harmonia. Assumir o elemento do contraditório é fundamental para que a diferença possa ser vista como uma faceta necessária da vida humana e positiva. A escola tem que abrir as portas ao dissenso, ao múltiplo; às questões que são silenciadas e que não têm lugar público. A escola precisa assumir seu papel de defensora do direito à memória e ao reconhecimento. Fazê-lo é tornar a escola um elemento polarizador de turbulências e conflitos, um agente de fermentação social da realidade.

Tendo como principal fundamento dos direitos humanos a garantia da igualdade em dignidade. Todos os seres humanos devem ter reconhecido o seu direito a ter direitos, todas as pessoas devem ter a garantia de viver dignamente. Portanto, as violências voltadas para o campo interseccional, são inaceitáveis. Mas na realidade os princípios que norteiam a dignidade humana estão longe de serem adotados, de forma integral na nossa sociedade. O nível de humanidade e igualdade atribuídos aos grupos que vivem as desigualdades interseccionais infelizmente são imperceptíveis, muitas vezes desconsideráveis e indignos. Vivemos um contravalor. E essa inversão atua como uma autorização, explícita ou velada, das violações contra as vidas e os direitos com olhares interseccionais no Brasil. Para garantir a igualdade de direitos de todas as formas é fundamental reconhecer a humanidade na história e no corpo de todos e todas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUINSKY, Beatriz, FERREIRA, Guilherme, Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/08.pdf> Acesso em: 14/05/2020.

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. Feminismos Plurais, São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2018. pág.152.

ARENDDT, Hannah. A crise na Educação: III e IV. Entre o passado e o futuro, São Paulo: Perspectiva, 1.972. pág. 247. Disponível em: <https://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/11/Entre-e-passado-e-futuro.pdf>. Acesso em: 03/08/2020.

BATISTA, Carla, O que é Interseccionalidade: Instituto da mulher negra, Portal do Geledés, 08 ago. 2018 Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade/> Acesso em 28/10/2020.

BRITO, Alexandre, CAIXETA Juliana, MELLO Tarcilla, SOUZA, Debora, Gênero, raça e outras interseccionalidades no contexto escolar inclusivo: Disponível em:

<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1703/1655> Acesso em: 05/05/2020.

BUENDGENS, Jully, CORDEIRO, Aliciene, Preconceitos na escola: sentidos e significados atribuídos pelos adolescentes no ensino médio. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/pee/v16n1/05.pdf> Acesso em: 31/05
Combate ao Racismo nas escolas é lembrado em data nacional que celebra a cultura negra, Portal do MEC, Assessoria de Comunicação Social, 20 de nov. 2017, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36181> Acesso em: 09/06/2020.

CONCIÊNCIA NEGRA: os desafios contra o retrocesso. *Contra Cut*, São Paulo, 19 de nov. 2018. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/consciencia-negra-os-desafios-contra-o-retrocesso-7e7e/> Acesso em: 19/07/2020.

CRENSHAW, Kimberle, A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/>.pdf Acesso em: 10/06/2020.

DINIS, Nilson, Educação, relações de gênero e diversidade sexual: Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009. Acesso em: 05/05/2020.

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas/ “Livro” Coleção Educação para Todos. pdf. para o MEC/Unesco, Brasília, 07 de agosto de 2009. Acesso em: 15/05/2020.

GONÇALVES, Fabiane. O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação: A fomentação profissional dos educadores da escola estadual de ensino fundamental Presidente Castelo Branco. Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/educacao/o-papel-escola-na-desconstrucao-racismo-preconceito.htm>, Acesso em 20//07/2020.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. *Díaspóra Africana*: Editora Filhos da África, Rio de Janeiro, RJ. 18 ago. 2018 pág. 97.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984 pág. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso/ em:05/04/2021.

HIRATA, Helena, Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Disponível em: www.sociologia.fflch.usp.br/laps. Vol26n1.indd 62 02/07/2014 11:25:47 junho 2014 63. Acesso em 29/06/2020.

MACHADO, Bárbara. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. Disponível em:

<http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC18/mc181.pdf>

Acesso em: 30/07/2020.

MACIEL, Lucas, A Interseccionalidade de Carla Akotirene e o Marxismo: Apontamentos críticos apartir de Marx, Lukács e Chasin, *Práxis Comunal*. Belo Horizonte: Vol. 2, 22 de Novem, de 2019, p. 125-150. Acesso em: 10/09/2020.

OLIVEIRA, I. (Org.). A formação de profissionais da educação para a diversidade étnico-racial. In: MULLER, M. L. R.; PAIXÃO, L. P. *Educação, diferenças e desigualdades* Cuiabá: EdUFMT, 2006, pág. 128 Acesso em: 09/05/2021.

SALDAÑA, Paulo, Quatro em cada 10 brasileiros não terminaram o ensino médio: Dados do IBGE mostram que abandono escolar atinge mais população negra. Folha de São Paulo, SP, 01 Set, 2019, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/4-em-cada-10-jovens-negros-nao-terminaram-o-ensino-medio.shtml> Acesso em: 10/08/2020.